

Relato da 148ª Reunião do Plenário

No dia sete de junho de 2022, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima quadragésima oitava sessão plenária ¹, tendo sido adotada a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Aprovação do Relato da 147ª Sessão Plenária;
3. Apreciação e discussão do projeto de Recomendação sobre O acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva Relatores(as): Conselheiros(as): Leonor Santos, Joana Batalha, João Paulo Mineiro e José Reis;
4. Apreciação e discussão do projeto de Recomendação “O Digital na Educação” Relatores(a): Conselheiros(a): João Cravinho, José Tribolet, Luís Capucha e Sofia Marques da Silva;
5. Apreciação e discussão do projeto de Recomendação “Participação dos jovens no Ensino Superior” Relatores(a): Conselheiros(a): Ana Gabriela Cabilhas, António Manuel de Almeida-Dias, David Rodrigues, Joaquim Mourato, Pedro Lourtie e Rui Vieira de Castro;
6. Intervenção da Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Professora Doutora Elvira Fortunato;
7. Intervenção do Senhor Ministro da Educação, Professor Doutor João Costa.

A Senhora Presidente do CNE, Maria Emília Brederode Santos, saudou os presentes e deu as boas-vindas aos senhores conselheiros e às senhoras conselheiras. Antes de iniciar a reunião, propôs uma alteração à ordem de trabalhos com a retirada dos pontos 4 e 6. O ponto 4 pelo facto de não ter sido possível chegar a um consenso sobre uma versão final do projeto de Recomendação a submeter à apreciação do plenário, ficando decidido publicar, no sítio do CNE, o documento sobre *O digital na Educação*, elaborado pelos conselheiros relatores, bem como pelo Professor Pedro Veiga. A todos, a Senhora Presidente agradeceu o esforço e o empenho pelo trabalho desenvolvido. O ponto 6, pela impossibilidade manifestada pela Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de estar presente nesta sessão plenária. Esta alteração foi aceite pelos conselheiros e pelas conselheiras presentes.

No ponto 1, a Senhora Presidente informou que no passado dia 27 de maio foi eleito na Assembleia da República o novo presidente do CNE, Professor Domingos Fernandes, que irá tomar posse a 9 de junho, às 10h30. Salientou algumas das suas notas biográficas, nomeadamente, as funções exercidas como Vice-Presidente do Instituto de Inovação Educacional, Diretor do Departamento do Ensino Secundário e Secretário de Estado da Administração Educativa do XIV Governo Constitucional; a sua carreira académica e de investigação desenvolvida em várias instituições de ensino superior e em diversos projetos de investigação, quer nacional, quer internacionalmente. Referiu ainda a eleição dos representantes dos grupos parlamentares, que tomarão posse oportunamente.

¹ A gravação integral da reunião encontra-se no arquivo do CNE.

Mencionou a audiência que teve com o Senhor Presidente da Assembleia da República, para apresentação de despedidas, e as reuniões com o Senhor Ministro da Educação e a Senhora Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

A propósito das competências atribuídas ao CNE no âmbito da avaliação externa das escolas, comunicou que teve uma reunião com o Senhor Inspetor Geral de Educação e Ciência, mas não tinha sido possível agendar a sua vinda ao CNE para fazer o ponto da situação do terceiro ciclo de avaliação das escolas em curso desde 2018.

Lembrou também algumas das iniciativas e atividades que ocorreram no CNE desde a última reunião plenária, designadamente, a divulgação do relatório *Estado da Educação 2020* (edição de 2021); os três *webinars* sobre *O Digital na Educação*; outros *webinars* sobre “Como melhorar a participação dos estudantes nas IES e na pedagogia do Ensino superior?”, “Inclusão de imigrantes e refugiados numa escola para todos”; “Aprendizagens essenciais: desafios e (possíveis) respostas” e o Seminário “Faltam professores! E agora?..”; a publicação da recomendação nº 1/2022 *Perspetivar o Futuro do Ensino Profissional* e a homenagem a Ana Maria Bernard da Costa, coorganizada pelo CNE e pela Universidade Lusófona, com a apresentação do seu livro “Memórias de uma Educação Especial - do Modelo Médico à Educação Inclusiva”.

No ponto 2. a Senhora Presidente colocou a votação a proposta de relato da 147ª Sessão Plenária, que foi aprovada, mantendo-se ainda um período de uma semana para o envio de eventuais sugestões de alteração ou correção.

Antes de passar ao ponto seguinte, a Senhora Presidente, e por se tratar do último plenário a que preside, fez um curto balanço do seu mandato, agradecendo a colaboração de todos os conselheiros e conselheiras, dos trabalhadores do Conselho e do Secretário-Geral.

Lembrou a sua já longa história no CNE, quer enquanto conselheira, em mandatos de vários presidentes, quer como assessora, convidada pelo Professor Manuel Porto, e agora como presidente.

Referiu que foram quatro anos e meio de um mandato, mais atribulado do que era esperado devido à pandemia da COVID-19, mas, apesar disso, muito ativo e produtivo, e para o qual partiu com a intenção de cumprir as funções do CNE, enquanto órgão de consulta do Governo e da Assembleia da República, com um olhar exterior, atento, colaborante e construtivo e de continuar, e se possível enriquecer, a obra dos presidentes que a antecederam, nomeadamente a dos dois últimos. Destacou o mandato da Professora Ana Maria Bettencourt por ter instituído o relatório *Estado da Educação* como uma marca do CNE e o mandato do Professor David Justino por ter iniciado a elaboração de estudos científicos e produção de conhecimento para apoiar as medidas de política educativa.

Mencionou as muitas e diversas iniciativas desenvolvidas e as atividades concretizadas que tiveram sempre subjacentes as linhas de orientação que guiaram o seu mandato: a educação para todos; a educação ao longo da vida; a educação em todas as dimensões da pessoa (as artes; as ciências sociais e humanas, a literatura, o desporto) e a ideia de que a educação é uma obra de todos para a construção do futuro e orientada para o bem comum. Realçou igualmente algumas das temáticas abordadas e que resultaram na emissão de várias recomendações: o futuro da educação, as alterações climáticas, a educação ambiental, a globalização, as migrações, a demografia, o digital e a educação mediática, o ensino profissional, a participação

das crianças e dos jovens na educação escolar e no ensino superior, a educação de adultos, entre outras.

Recordou que a atividade do Conselho Nacional de Educação também foi naturalmente afetada pela pandemia da COVID-19. A partir de março, o CNE recorreu ao teletrabalho, utilizando as plataformas digitais para a realização de reuniões e manter o contacto com os conselheiros. Com o encerramento das escolas, foram auscultados os conselheiros, no sentido de recolher as suas opiniões sobre o impacto da pandemia na educação. A síntese das respostas foi integrada no documento *A memória, o conhecimento, o futuro*, divulgado no site do Conselho. Este documento visou constituir um registo histórico deste período, incluindo a cronologia dos principais acontecimentos e medidas adotadas e o levantamento das análises, inquéritos, artigos, tomadas de decisão, que foram sendo difundidos, quer a nível nacional, quer internacional. Foram igualmente elaborados dois estudos – *Educação em tempo de pandemia / Problemas, respostas e desafios das escolas* e *Efeitos da pandemia COVID 19 na educação: Desigualdades e medidas de equidade*. A educação em tempo de pandemia foi ainda eleita como temática central do relatório *Estado da Educação 2020* (edição de 2021).

Elencou algumas das questões que lhe parecem merecer a atenção no futuro.

No CNE, uma preocupação especial com a aposentação próxima de alguns dos trabalhadores e a maior dificuldade em recrutar técnicos qualificados. Sentiu que a área da comunicação, que nos dias de hoje tem uma importância acrescida, talvez justificasse a integração de um técnico especializado, bem como a necessidade de uma espécie de provedor do cidadão para a educação.

Nas questões educativas, realçou a evolução positiva dos indicadores na área da educação nas últimas décadas e o facto de, apesar da pandemia, terem sido alcançadas algumas metas importantes, designadamente a redução da taxa de abandono escolar, a diminuição das taxas de insucesso, o aumento das taxas de escolarização. Considera importante: (i) promover a tolerância à incerteza, justificada pela necessidade de preparar os indivíduos para os desafios, decorrentes das transformações tecnológicas, das alterações climáticas, que já eram conhecidas e com consequências incertas, e agora pela pandemia e pela guerra, completamente inesperadas; (ii) manter a atenção no combate às desigualdades de desempenho educativo; (iii) experimentar escolas diferentes - reconhecendo a dificuldade de mudar a “cultura de escola” e os seus invariantes é necessário promover, estudar e ensaiar diversos processos de inovação, nomeadamente na organização das turmas, dos espaços e dos tempos de aprendizagem e na relevância do que se aprende através do confronto com problemas reais, da interdisciplinaridade e da diversificação metodológica; (iv) valorizar as artes; as ciências sociais e humanas, a literatura, o desporto (v) promover medidas que favoreçam o bem-estar físico e emocional de alunos, professores e técnicos; (vi) não limitar administrativamente as opções das instituições de ensino superior como, por exemplo, os doutoramentos no ensino politécnico; (vii) valorizar as ciências da educação.

Por fim, agradeceu aos Senhor Presidente da República, Senhor Presidente da Assembleia da República e Senhor Primeiro Ministro, por a terem recebido em diversas ocasiões e terem participado em iniciativas do CNE; à Assembleia da República, por a ter eleito, e aos presidentes e deputados da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, pelos convites para apresentar os diferentes relatórios e pelos estudos que solicitaram ao Conselho; aos Senhores Ministros da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior com quem teve o gosto de

trabalhar; a todos os senhores conselheiros e senhoras conselheiras, especialmente aos membros da Comissão Coordenadora; ao pessoal do CNE, e ao secretário-geral, Professor Manuel Miguéns, enquanto responsável pela coordenação, gestão e organização do Conselho e como membro da Comissão Coordenadora, bem como pela excelente relação pessoal que estabeleceram.

No ponto 3, a Senhora Presidente solicitou aos relatores do projeto de recomendação sobre *O acolhimento de migrantes e a construção de uma escola mais inclusiva*, conselheiros(as) Leonor Santos, Joana Batalha, João Paulo Mineiro e José Reis, que fizessem uma apresentação do documento.

A conselheira Leonor Santos iniciou a apresentação do projeto de recomendação salientando a pertinência e a importância da temática em análise. Lembrou que não sendo um tema novo em Portugal, que tem uma longa tradição de acolhimento de migrantes, este tornou-se mais marcante devido à guerra na Ucrânia, justificando uma vez mais uma reflexão sobre a temática. Sublinhou ainda que o trabalho sobre inclusão nunca está completo e é, por isso, um trabalho para a vida e requer sucessivas adaptações e aperfeiçoamentos. Referiu as opções tomadas pelos relatores de introduzir uma secção de clarificação conceptual e de fazer uma revisão de literatura que inclui, nomeadamente, relatórios e estudos, bem como anteriores recomendações e pareceres do Conselho. Finalmente, abordou as recomendações formuladas tendo em conta uma perspetiva holística de inclusão.

No debate superveniente, intervieram os conselheiros Antero Resende, José Tribolet, Luís Ribeiro e Mário Nogueira, e as conselheiras Mariana Avelãs, Rosalia Vargas e Teresa Godinho. Na generalidade referiram a relevância da temática da recomendação, por considerarem que ainda há muito a fazer na área da inclusão. Para alguns conselheiros, o documento centra-se demasiado na educação escolar deixando de fora os educadores de infância e a educação de infância, o que lamentam, considerando que as famílias migrantes com crianças pequenas apresentam ainda maiores fragilidades do que as outras; o mesmo acontece também com as IPSS que têm uma rede solidária de educação de infância que estão a receber muitas crianças ucranianas sem terem tido orientações por parte do Ministério da Educação, ao contrário do que aconteceu com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Foi mencionado que na referência às parcerias com outros ministérios e organismos deviam ser destacados algumas ONG e o Ministério da Cultura porque, segundo a conselheira Rosalia Vargas, os equipamentos culturais não são inclusivos, e a presença da multiculturalidade nesses espaços só acontece quando são visitados por escolas. Embora reconhecendo a qualidade dos pareceres e recomendações do CNE, normalmente muito bem fundamentados, o conselheiro José Tribolet referiu que gostaria de ver também, nestes documentos, alguns exemplos de medidas e de indicadores que permitiriam avaliar e observar os resultados do que foi proposto. Foi chamada a atenção para algumas situações no terreno, nomeadamente a morosidade dos processos de legalização, que retardam a concessão dos apoios, e a falta de uma entidade de recurso que apoie na resolução dos problemas que vão surgindo, muitas vezes por dificuldades no acesso à informação.

Os relatores presentes, as conselheiras Leonor Santos e Joana Batalha e o conselheiro João Paulo Mineiro, analisaram as sugestões feitas e comprometeram-se a introduzir as que não interferissem com a estrutura do documento. Colocada a votação, a Recomendação foi aprovada com um voto contra.

No ponto 5, a Senhora Presidente convidou os relatores do projeto de Recomendação sobre a *Participação dos jovens no Ensino Superior*, a conselheira Ana Gabriela Cabilhas e os conselheiros António Manuel de Almeida-Dias, David Rodrigues, Joaquim Mourato, Pedro Lourtie e Rui Vieira de Castro para apresentarem o documento. Antes disso, o conselheiro Pedro Lourtie pediu a palavra para lamentar a sua falta de disponibilidade para colaborar de forma mais ativa na elaboração deste documento, devido ao facto de ter assumido o cargo de Presidente da Associação Plataforma Global para Estudantes Sírios (APGES), que lhe tem absorvido muito tempo. Agradeceu aos restantes relatores, sobretudo à conselheira Ana Gabriela Cabilhas, e à assessoria técnico-científica do CNE, o contributo para a elaboração do texto agora apresentado.

O conselheiro Joaquim Mourato reiterou estes agradecimentos e referiu que, dado o pouco tempo de que dispuseram para a redação do texto, os contributos da conselheira Ana Gabriela Cabilhas e o apoio da assessoria foram fundamentais para a concretização da tarefa. Salientou a importância da temática da Recomendação, pensada na sequência da deliberação do CNE sobre a voz das crianças e dos jovens na educação escolar, quando se considerou que a participação dos jovens no ensino superior requeria uma abordagem particular da problemática que lhe está associada e, por isso, deveria ser analisada num documento distinto. Referiu que as recomendações foram elaboradas, a partir de uma recolha intensa de informação, em estudos e relatórios nacionais e internacionais, visando propiciar uma maior intervenção dos estudantes na vida das instituições, em diversos níveis. Lembrou que, apesar do reconhecimento generalizado da importância estratégica da participação e do envolvimento dos estudantes na gestão das IES, a prática mostra que essa participação está muito aquém dos padrões desejados. Sintetizou algumas das linhas gerais do documento, tendo de seguida o conselheiro David Rodrigues salientado as quatro grandes questões subjacentes às recomendações formuladas: o ordenamento jurídico das IES; o apoio dado às associações de estudantes; a melhoria da qualidade do ensino aprendizagem e a criação de novos espaços de aprendizagem.

Aberto o espaço de debate, intervieram os conselheiros e as conselheiras: Joana Brocardo, Joaquim Azevedo, Joel Rodrigues, José Tribolet, Leonor Santos, Mário Nogueira, Paulo Jorge Ferreira, Rosalia Vargas e Vérter Gomes.

Em síntese, reforçaram a importância de uma participação efetiva dos jovens no ensino superior e a ideia de que esta recomendação conclui o trabalho que se iniciou com a recomendação sobre a voz das crianças e dos jovens na educação escolar. O conselheiro Joaquim Azevedo chamou a atenção para o facto de a educação escolar ser hoje, talvez, a única instituição de socialização e de ser, no entanto, tão contrária à participação das crianças e dos jovens, que se tem resumido à representatividade e auscultação. Salientou a importância do alargamento dessa participação, sobretudo num contexto de alterações sociais, de mobilidade de estudantes, do acesso a conteúdos em qualquer lugar e em qualquer lado, e que é também uma responsabilidade institucional. O conselheiro José Tribolet referiu que sentia a falta de referências ao papel ativo dos estudantes na autorregulação e na responsabilidade que têm no domínio das suas atitudes e comportamentos, nomeadamente na relação com as instâncias superiores. Foi salientada a importância de uma referência à saúde mental dos estudantes, a um quadro legal sobre as questões de educação inclusiva no ensino superior, ao défice de associações de estudantes do ensino secundário que poderiam promover uma cooperação com as do ensino superior, ao financiamento das associações de estudantes do ensino superior e à falta de uma cultura

institucional que favoreça uma verdadeira participação dos estudantes. Foram ainda apresentadas algumas sugestões de alteração e clarificação do texto de algumas das recomendações.

Os senhores relatores e a senhora relatora agradeceram os contributos que iriam ser introduzidos, na medida do possível, na versão final da recomendação. Colocado a votação, o projeto de Recomendação foi aprovado por unanimidade.

O conselheiro Pedro Lourtie aproveitou a oportunidade para se despedir, uma vez que o seu mandato estava a terminar, e agradeceu aos membros da 2ª Comissão Especializada Permanente a colaboração que lhe foi prestada ao longo deste tempo.

Seguiu-se a intervenção do Senhor Ministro da Educação, João Costa, a quem a Senhora Presidente, depois das boas-vindas, agradeceu a colaboração ao longo do seu mandato, agora como ministro, mas também como secretário de estado, e, destacou, o depoimento que redigiu para o relatório *Estado da Educação 2020*, edição de 2021. A Senhora Presidente sintetizou ainda algumas ideias do curto balanço do seu mandato, que tinha feito anteriormente.

O Senhor Ministro agradeceu o convite e referiu que não podia deixar de estar hoje presente no CNE, não só por ser o primeiro plenário presencial pós pandemia, mas também por ser o último presidido pela Dra. Maria Emília Brederode Santos, a quem gostaria de prestar homenagem e agradecer o seu mandato como presidente do Conselho Nacional de Educação. Salientou que a Dra. Maria Emília trouxe frescura, novidade e reflexão, a capacidade de recentrar o debate no que é essencial e foi sempre uma voz experiente e informada no debate sobre educação. Acrescentou que representou sempre a voz do pensamento livre e independente, o amigo crítico do Governo, que será sempre o papel que se espera de um órgão consultivo, e que deseja continuar a ter da parte do CNE.

Agradeceu também a todos, porque este mandato coincidiu com um dos períodos mais desafiantes para o sistema educativo, dado o impacto que a pandemia teve na educação, não só em Portugal, mas em todo o mundo, e a urgência de encontrar respostas para uma situação nunca antes vivenciada e para a qual não havia certezas. Realçou a importância do trabalho desenvolvido pelo CNE nesta fase e, sobretudo, a resposta dada pelos professores que nunca pararam e souberam manter o contacto com os seus alunos, mesmo com as escolas encerradas.

Nesta sequência, tendo em conta algumas conclusões retiradas deste período, referiu e explicitou algumas das prioridades do governo na área da educação: as medidas de política educativa que consolidem o combate às desigualdades; a execução do plano de recuperação e resiliência não só ao nível do apetrechamento tecnológico e digital das escolas, mas também no domínio da literacia digital, da literacia de informação e dos media, do pensamento computacional e a falta de professores a médio prazo, se nada for feito, o que determinará necessariamente um debate sobre os modelos de seleção e recrutamento e de formação de professores.

Houve ainda um período de perguntas, às quais o Senhor Ministro respondeu individualmente, em que intervieram os conselheiros David Rodrigues, João Dias da Silva, José Tribolet, Luís Ribeiro e Mário Nogueira, tendo sido abordados temas tais como: a inexistência de uma

infraestrutura tecnológica da Educação, o financiamento da Educação, a formação de educadores e professores, inicial e contínua, a rede de educação pré-escolar e a rede pública de creches, a falta de professores e a carreira e remuneração dos docentes.

A Senhora Presidente reiterou os agradecimentos ao Senhor Ministro e deu por encerrados os trabalhos desta sessão plenária.